



CACINE

QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIÊNCIA

2023 - 2033





CACINE

2023-2033

Quadro de Acção para Resiliência



Agradecimentos especiais aos pontos focais Abubacar Djau, Braima Ture, Nafi Cante, Lassana Camara, Alia Queita pela contribuição durante todo o processo da construção do Quadro de Acção para Resiliência (QuaRC) e pelos esforços e determinação na construção de uma Cacine mais resiliente



ÍNDICE

| | |
|---|----|
| PREFÁCIO | IV |
| INTRODUÇÃO E OBJECTIVO | 5 |
| Objectivo do QuARC | 7 |
| CONTEXTO | 8 |
| Localização Geográfica do Sector | 9 |
| Aspectos Socioculturais e Políticos | 10 |
| Aspectos Físicos, Económicos e Ambientais | 11 |
| PERFIL DE RISCO DA CIDADE | 14 |
| CITYRAP EM CACINE | 18 |
| QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIÊNCIA | 23 |
| IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO | 29 |
| CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS | 32 |

PREFÁCIO

A Cidade de Cacine é uma península completamente esquecida e muito vulnerável aos efeitos das alterações climáticas. As populações locais estão a enfrentar enormes dificuldades como acesso à água potável, falta do pescado, erosão, subida das águas do mar, deflorestação, falta de coordenação e de confiança, etc. O trabalho de planificação levado a cabo pelo UN-Habitat com apoio do PNUD, trouxe a esperança e despertou consciência dos filhos de Cacine de que só juntos é que podemos ser mais resilientes e desenvolver Cacine. Não devemos permitir que a política nos separe pelo contrário, devemos buscar consensos sobre os nossos desafios. Por isso, na qualidade de Administrador pretendo exercer uma liderança política inclusiva onde ninguém será deixado de fora, a fim de juntos trabalharmos arduamente na implementação deste plano. Estou convicto que não será uma tarefa fácil, por isso lanço um apelo aos filhos e amigos de Cacine, aos parceiros técnicos e financeiros que nos apoiem no sentido de não defraudar expectativas que foram criadas a volta deste plano. Foi um trabalho que envolveu muitas pessoas, muitas reuniões e precisamos continuar nessa dinâmica, sem exclusão por nenhuma razão que seja. Este documento passa a ser o nosso guia, e será fortemente disseminado para o seu conhecimento e fiscalização. Quero lembrar que estamos a concluir uma etapa importante, um marco inegável onde todos os que participaram directa ou indirectamente terão uma quota-parte e responsabilidade na implementação do QuARC (Quadro de Acção para a Resiliência da Cidade de Cacine).

O nosso muito obrigado aos parceiros técnicos e financeiros que nos apoiaram. Agradecer o Governo Central através do Ministério do Ambiente e Biodiversidade e de modo especial, aos Pontos Focais pela dedicação e brilhante trabalho desenvolvido.

Augusto Nambanga

Augusto Nambanga
Administrador de Cacine



Introdução e Objectivo



INTRODUÇÃO

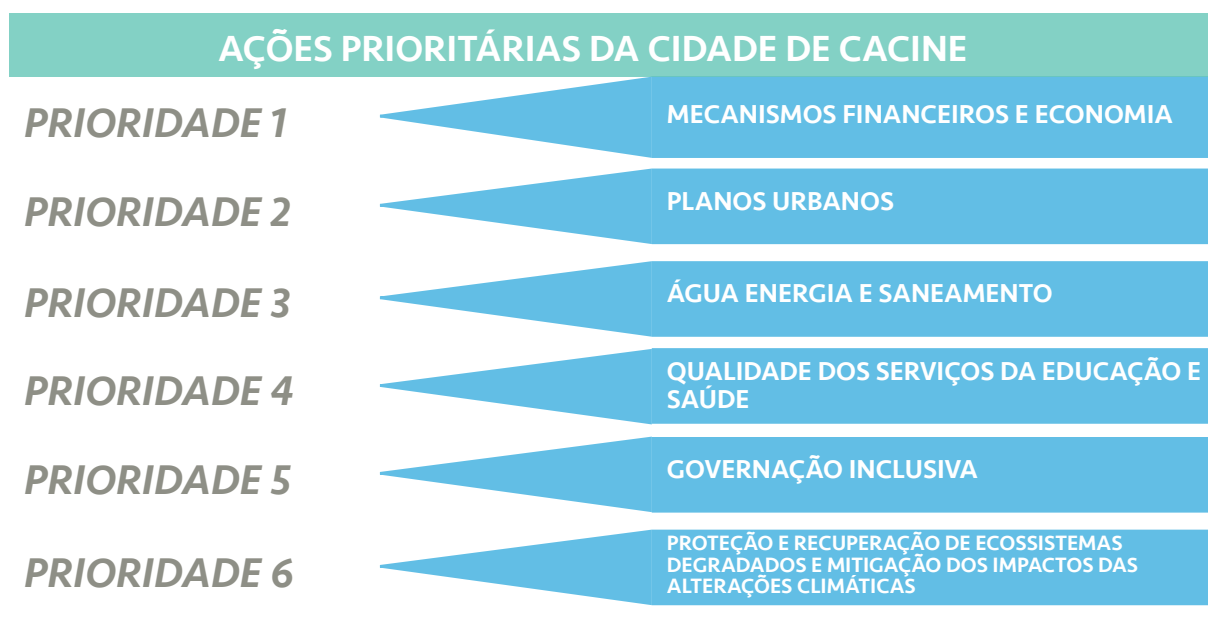
A Cidade de Cacine é uma península litorânea, localizada na margem do Rio Cacine. Portanto, altamente vulnerável aos efeitos nefastos das alterações climáticas, particularmente à inundação, erosão costeira, erosão pluvial, ventos fortes, intru o salina, entre outros. As Autoridades Administrativas Locais têm pouca capacidade técnica sobre gestão de risco de desastre e catástrofes naturais e poucos meios financeiros para fazer face aos problemas ambientais citados. Em consequência, as popula es têm uma vida bastante limitada e condicionada, sendo urgente encontrar medidas estruturantes e coordenadas para reforçar a resiliência da Cidade.

Preocupado em reduzir a vulnerabilidade das comunidades costeiras do país, o Governo da Guiné-Bissau recebeu apoio do Programa das Na es Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Mundial do Ambiente, através do "Projeto Reforço da Capacidade Adaptativa e Resiliência Climática das Comunidades Costeiras Vulneráveis da Guiné-Bissau aos Riscos Climáticos (COASTAL)". Por sua vez, contou com o apoio técnico do Programa das Na es Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) para implementar a ferramenta CityRAP

(Ferramenta de Planeamento de A es para Resiliência da Cidade), destinada a planifica o de a es de resiliência nas cidades costeiras que integram suas zonas de interven o, a saber: São Domingos, Mansoa, Cacine e Bubaque. O propósito   de implementar conjunto de medidas estratégicas tendentes a contribuir na redu o da vulnerabilidade das comunidades costeiras do País.

Assim, o processo de planifica o da Cidade de Cacine ocorreu entre Março e Setembro de 2022, liderado pelos técnicos locais designados de Pontos Focais Locais (PFL). Esses técnicos num total de 05 pessoas, foram treinados na base da metodologia aprender-fazendo, em 04 fases interdependentes para desenvolver o "Quadro de A o para Resiliência da Cidade de Cacine (QuARC)". Um documento de política   escala da cidade, que vai permitir ao governo local e outras institui es interessadas, integrar a resiliência em suas políticas, planos, finanças, organiza o institucional e interven es existentes e futuras.

O QuARC foi elaborado na base de uma abordagem participativa, inclusiva (sem deixar ninguém de fora). Cont m 06 a es prioritárias, selecionadas na base de consenso, a saber:



(i) mecanismos financeiros e economia; (ii) planos urbanos; (iii) água, energia e saneamento (iv) qualidade dos serviços de educação e saúde; (v) governação inclusiva; e (vi) proteção e recuperação de ecossistemas degradados e mitigação dos impactos das alterações climáticas. Cada uma delas, têm actividades pilotas a serem implementadas a curto (0-2 anos), médio (3-5 anos) e longo prazo (06 a 10 anos), acompanhado da componente espacial, a indicar onde devem ser implementadas.

O QuARC de Cacine tem horizonte temporal de 10 anos (2023 a 2033) e será acompanhado por um processo de monitoria e avaliação. O QuARC deve ser actualizado de 02 em 02 anos, e a sua avaliação poderá acontecer de forma interna ou externa. O Administrador da Cidade deve desempenhar o papel de líder do processo e assegurar um contínuo processo de coordenação com todas as partes interessadas.

Os Pontos Focais Locais devem continuar a prestar esse relevante serviço à cidade, também na implementação de projectos pilotos seleccionados. A implementação do QuARC Cacine será da responsabilidade primária da Administração Local, com o apoio de todas as organizações

locais e parceiros de desenvolvimento. O Gabinete Regional de Plano e Estatística é a estrutura encarregada de operacionalizar a parte técnica do QuARC e com apoio dos Pontos Focais Locais. A Gestão Baseada em Resultados é o critério que irá fundamentar sua implementação, por forma a otimizar os recursos e impulsionar a cultura de prestação de conta junto às partes interessadas.

OBJECTIVO

O QuARC visa constituir uma plataforma de coordenação e de articulação entre os diferentes actores na perspectiva de integrar gestão de riscos de desastres nas estratégias locais de desenvolvimento, visando a construção da resiliência, adaptação e transformação rumo ao desenvolvimento local sustentável.

Contexto



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE

O Sector de Cacine é um dos 5 Sectores administrativos da região de Tombali a par dos Sectores de: Quebo, Bedanda, Catio e Komo, Situado no Sul da Guiné Bissau, região de Tombali. O Sector de Cacine faz fronteira com a República da Guiné Conakry, Região de Boke (Sectores de Sansale e Kanfarandé) numa linha aproximadamente de 140km, dos 411km da linha que divide os dois países, sem nenhuma barreira natural. A Cidade de Cacine tem uma distância de 285 km à Capital Bissau, e 7km do Sector de Sansale Região de Boke, República da Guiné Conakry. Cacine está à margem do Rio Cacine, que atravessa o Sector, a Leste e Oeste. É um rio muito importante para fornecimento de água potável, fonte de alimentação e navegação fluvial, onde desembarcam produtos haliêuticos.



Mapa sector de Cacine. Fonte: UN-Habitat 2022



8 comunidades



2 bairros

Bairros 1 e 2



15.648 *Habitantes*
População Total SECTOR CACINE



977 *Habitantes*
População Urbana



14.671 *Habitantes*
População Rural



7.697 *Habitantes*
População Masculina



7.951 *Habitantes*
População Feminina



8 etnias predominantes

Nalus, Fulas, Balantas, Sussos, Mandingas, Papeis, Mancanhas e Djacancas

ASPECTOS SOCIO-CULTURAIS E POLÍTICOS

Breve história da cidade de Cacine

Aspecto cultural

A etnia Nalu tem basicamente dois símbolos que lhes representam. O Matchool é uma representação cultural muito forte associado ao ritual sagrado dos seus ancestrais. Tem valor simbólico e elemento de convergência e interconexão entre o povo Nalu. Por ser sagrado, os seus ensinamentos são transmitidos durante a cerimônia de iniciação (fanado). É durante o fanado

que os jovens são ensinados sobre a arte, curas tradicionais, sucessão, relacionamento social, conhecimento da tradição Nalu, etc. O segundo é Nimba, instrumento de guerra proveniente de rituais sagrados e que foi utilizado primeiramente na batalha contra os Fulas, durante expansão do islamismo na costa ocidental da África.

Aspecto social

A cidade de Cacine conta com uma diversidade étnica e religiosa enorme. Essa diversidade sociocultural constitui a maior riqueza e sustenta coesão social. Não obstante, é importante sublinhar que as questões políticas ou político partidária estão a exercer uma influência negativa séria a coesão social e convivência pacífica entre as populações. Essa constatação foi um dos maiores

constrangimentos que o processo de planificação enfrentou e que, conseguiu superar ao congregar líderes que não falavam entre si para uma união em prol de uma visão comum. É extremamente importante continuar com ações de sensibilização e outras medidas estruturantes com vista a resgatar a identidade e união entre as populações locais



Antigo Porto de Cacine. Fonte: Rumoafulacunda



Dança tradicional Nalu. Fonte: Wikipedia2022

Aspecto político-administrativo

A Guiné-Bissau ainda não realizou eleições autárquicas, significa dizer que não existem governos locais autónomos. Os Governadores e Administradores são responsáveis pelas regiões e sectores, respectivamente. Eles são nomeados a partir do governo central, através da proposta do Ministro da Administração Territorial e aprovado no Conselho de Ministros.

Assim, o Sector de Cacine dispõe de um Administrador (figura máxima), um Secretário Administrativo e alguns auxiliares de Administração Local, contratados pela Administração Local. O Sector de Cacine é assistido por um Delegado Regional de Plano para Região de Tombali. Esse Delegado é encarregado de acompanhar e promover a coordenação das intervenções ao nível regional

e local, através do Gabinete Regional de Plano e Estatística (GRPE). O GRPE é um fórum destinado a dinamizar a governação ao nível regional e local. Nele estão agrupados todos os Delegados Regionais, os representantes do Poder Tradicional, representantes das Entidades Religiosas e representantes das Organizações da Sociedade Civil.

Existem, ainda, as figuras do Poder tradicional (régulos e chefes de tabancas). Essas entidades são autoridades independentes do Estado, mas que exercem influências nos assuntos da administração do território local, divisão das terras, resolução de conflitos etc. E finalmente, existem os chefes de tabanca que são responsáveis ao nível das tabancas.

Aspectos físicos, económicos e ambientais

| | |
|----------------------------|--|
| Superfície Total do Sector | 559 Km ² |
| Clima | Sudanoguineense. Duas épocas: Chuvosa (junho a outubro) e Seca (novembro a maio) |
| Temperatura | Varição Média Anual de 24 a 31o C |
| Relevo | Terra (Plano e Planícies dominam o território) |
| Pluviometria | 1500 mm (média anual) |
| Vegetação | Mangrove, Essenciais Florestais e Palmeiras |
| Potencialidade Agrícola | Planalto, mangrove e Bas-Fonds |
| Tipos de Solo | Solos Hidromórficos Marinhos (Mangrove) Solos Feralíticos Tropicais (Planalto); Solos Hidromórficos Continentais (Bas-Fonds) Solos Regossolos (Silvo pastoril extensiva); Litossolos |

POTENCIALIDADES DE CACINE

A sua economia baseia-se essencialmente na pesca, silvicultura, criação de animais de modo tradicional. A população local tem uma forte ligação com o mar sobretudo à pesca e coleta de frutos do mar. A pesca artesanal assume um papel importante na economia da Cidade e na segurança alimentar. Além de contribuir significativamente na criação de emprego (permanente e sazonal) e renda para uma população que se ocupa exclusivamente da pesca e agricultura de subsistência.

O Sector de Cacine dispõe de enorme potencialidade de pesca e em particular a pesca artesanal. Possui abundantes recursos marinhos, garantidos pelas características geomorfológicas e físicas do seu território. A zona onde as populações locais praticam a pesca artesanal é considerada frontispício de reserva de habitat, zona de desova, reprodução e crescimento de espécies juvenis. Por isso, é de capital importância que sejam adotadas medidas de conservação e gestão sustentável dos recursos haliêuticos, acompanhado de um eficiente sistema de seguimento.

A pesca em Cacine é marcada por uma forte presença de pescadores estrangeiros (Senegal, Guiné-Conacri e Serra Leoa) acusados de práticas de pescas ilícita, degradação dos ecossistemas marinhos e costeiros etc. São dotados de equipamentos sofisticados, o que lhes proporciona maior produtividade e rendimento económico.



Quadro de Acção para resiliência da cidade de Cacine 2023 -2033

Perfil de Risco da Cidade



PERFIL DE RISCO DA CIDADE DE CACINE

A Cidade de Cacine é uma península litorânea muito vulnerável aos impactos das alterações climáticas. A Cidade é rodeada de braços de rio em duas margens e nota-se uma grande influência da erosão costeira, sobretudo nas margens do Rio do Cacine. Os moradores contam de zonas onde existiam casas, pequenas infraestruturas e que hoje, foram totalmente consumidas pelo avanço das águas do mar. O território apresenta elevado índice de erosão, provocada pelos movimentos da maré, e perda de vegetação nas beiras dos rios, colaborando para o assoreamento e sedimentação do rio e zonas baixas onde é praticada a rizicultura. Algumas barreiras ou infraestruturas que foram erguidas para conter avanço do mar, foram totalmente erodidas ou cobertas de água, e várias infraestruturas à volta do porto estão destruídas. Existem famílias que vivem em zonas de riscos de submersão e veem seus campos de cultivos totalmente inundados principalmente na época das chuvas. Factos que colocam em risco vidas e propriedades agrícolas, com forte impacto na segurança alimentar.

Também, existem práticas antrópicas que estão a reforçar suas condições de vulnerabilidade, tais como: corte do mangal para fumagem e conservação do pescado, deflorestação para fins de agricultura itinerante, plantação de cajueiros e implantação de novas tabancas, expansão desordenada, deposição de lixo em locais inadequados e que vão parar ao mar, práticas de pescas com artes de monofilamento etc.

A Cidade está desprovida de capacidade técnica (materiais e equipamentos, pessoal) e financeira. Não dispõe de pessoal responsável e com capacidade sobre gestão de risco de desastres naturais. Confronta-se ainda, com dificuldades de gestão de lixo e saneamentos básico, a energia elétrica produzida é bastante limitada e há grande carência de acesso à água potável. O custo de vida é extremamente alto, influenciado pela insuficiência de produção de bens de consumo, elevado custo de transporte e cobranças ilícitas de taxas/impostos por parte das autoridades aduaneiras. Assim, os comerciantes sentem-se na condição de recuperar seus custos e acabam praticar preços altos, que em alguns casos ultrapassam a média da capital Bissau.

As ameaças ambientais ligadas ao avanço das águas do mar, a erosão, a pobreza e falta de serviços básicos e a fraca capacidade de gestão da cidade são os maiores riscos indicados pelos estudos e com maior incidência da vulnerabilidade na cidade de Cacine.

CACINE

MAPA DE RISCO E VULNERABILIDADE

Durante o processo de realização da Ferramenta CityRAP foi realizado pelos pontos focais com as comunidades dos bairros mais vulneráveis da cidade um mapeamento de risco e vulnerabilidade da Cidade de Cacine (mapa a direita).

- 1.** Identificação dos principais serviços e infraestruturas da cidade, como estradas, espaços públicos, etc.
- 2.** Mapeamento das zonas construídas e zonas verdes, para identificar eventuais áreas de risco ambiental, como zonas úmidas e alagáveis. Em particular, pretendeu-se distinguir as áreas planeadas das não planeadas, áreas cultivadas (cultiváveis) bem como áreas ambientalmente sensíveis
- 3.** Mapeamento das áreas da cidade que foram afectadas por ventos fortes, perda de mangal, florestal, erosão, deslizamentos de terra, etc.
- 4.** Em último, foram identificadas as áreas mais pobres da cidade, onde altos níveis de criminalidade são observados assim como particulares problemas de segurança.

LEGENDA

 Perda de Mangal (2000 - 2010)

REDE RODOVIÁRIA

 Secundária


 Terciária

 Hospital Regional

CORPOS DE ÁGUA

 Rio

 Zona Úmida

 Áreas Inundáveis


COBERTURA VEGETAL


 Agricultura

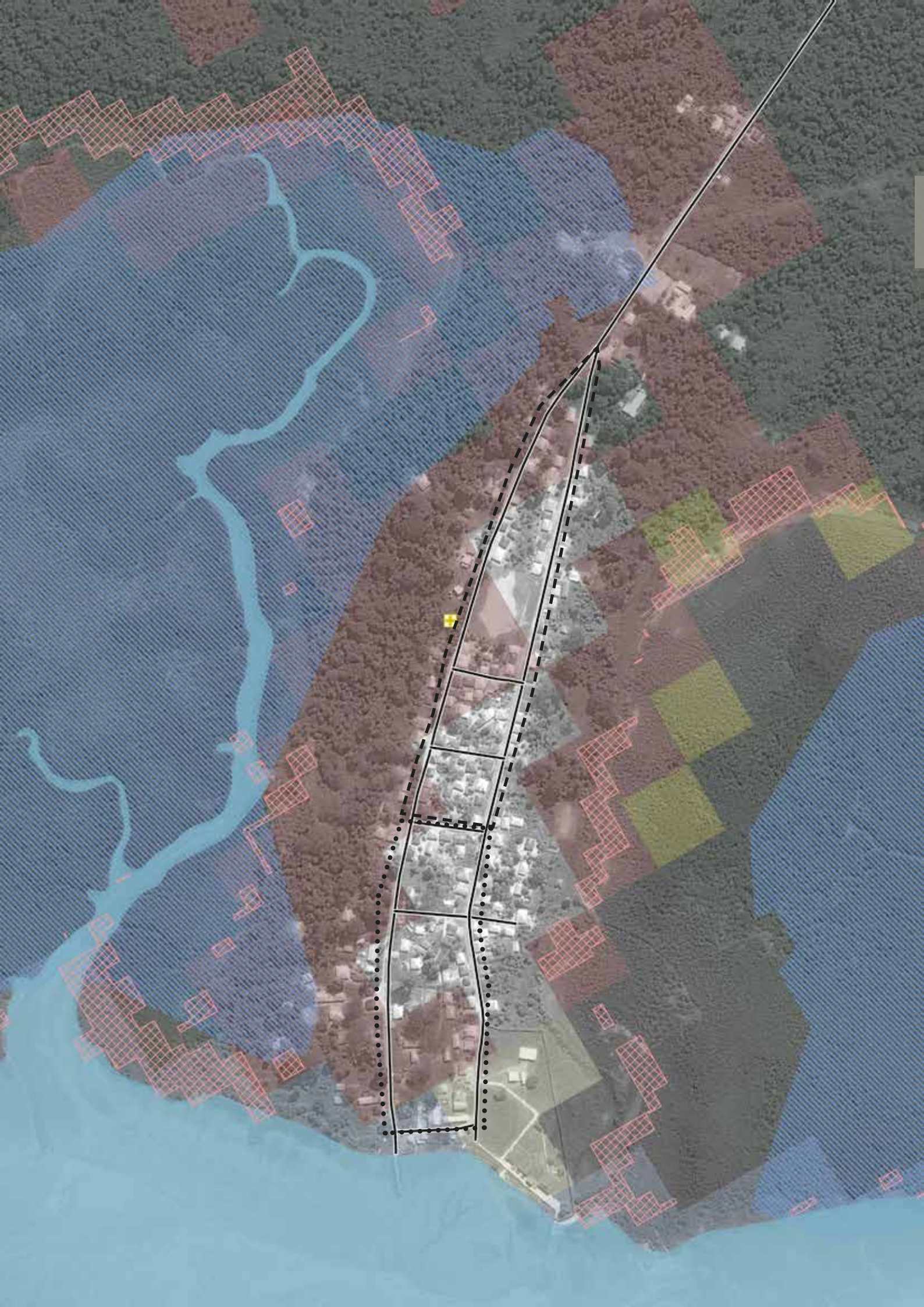
 Floresta Fechada

 Perda Florestal

RISCOS

 Áreas Inundáveis
Criminalidade
Erosão
Ventos Fortes

 Áreas Inundáveis
Erosão
Ventos Fortes



CityRAP em Cacine



A METODOLOGIA CITYRAP EM CACINE

O UN-Habitat em parceria com o DiMSUR desenvolveu uma ferramenta para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência das comunidades a riscos naturais e outros, chamada City Resilience Action Planning (CityRAP), que é a Ferramenta para o Planeamento de Acções de Resiliência da Cidade.

A Ferramenta CityRAP é uma metodologia de planeamento participativo que tem como base 5 (cinco) pilares de resiliência que se desenvolve em um conjunto de exercícios e actividades de treinamento direcionados às autoridades municipais, comunidades e partes interessadas locais. Cacine foi uma das cidades selecionadas para beneficiar da implementação desta Ferramenta, como forma de apoiar as autoridades locais e comunidades na redução da vulnerabilidade face aos riscos de desastres naturais. A Ferramenta CityRAP consiste em uma série de actividades cuja implementação durou cerca de 7 meses, divididas em seguintes fases:



Cinco pilares de resiliência. Fonte: Metodologia CityRap booklet

FASE PREPARATÓRIA

FASE 1: COMPREENDENDO A RESILIÊNCIA URBANA

FASE 2: COLETA DE DADOS E ORGANIZAÇÃO

FASE 3: ANÁLISE DE DADOS E PRIORIZAÇÃO

FASE 4: ELABORAÇÃO DO QUADRO DE AÇÃO PARA RESILIÊNCIA DA CIDADE

A ferramenta de Planificação de ações de Resiliência da Cidade (CityRAP Tool) aconteceu entre os meses de Fevereiro e Setembro de 2022. O processo foi liderado pelos Pontos Focais Locais (PFL). Estiveram envolvidos nesse processo interativo e de estabelecimento de consensos a volta dos principais desafios os seguintes actores: Administração Local, Organizações da Sociedade Civil, Sector Privado, Poder Tradicional, Associações de Jovens, de Mulheres, de camponeses, comunidades locais, mídias etc.

Assim, foram seguidos, adaptado ao contexto local a metodologia da Ferramenta CityRAP nas suas 04 fases interdependentes, conforme abaixo explicado:

FASE 0 . Visita preparatória **08 e 09 de Fevereiro de 2022**

Esta fase consistiu em reuniões com as autoridades e comunidade locais com objectivo esclarecer e sensibilizar sobre a importância da ferramenta CityRAP para a resiliência da cidade, e obter o comprometimento e engajamento na implementação local desta ferramenta. No Gabinete do Administrador Sectorial, na cidade de Mansoa, foi realizado um esclarecimento e sensibilização das autoridades locais (regional e sectorial) e sociedade civil, sobre a importância da ferramenta CityRAP para a resiliência da cidade de Mansoa, para obter o comprometimento e engajamento com o processo de sua implementação.



Mapeamento Participativo da Cidade de Mansoa



Reunião com autoridades locais

FASE 1 . Curso Intensivo **04 - 08 de Abril de 2022**

Na primeira fase do processo CityRAP, 15 representantes da Administração Local, Poder Local e Sociedade Civil, foram treinados por quatro dias em resiliência urbana. Após o primeiro treinamento, foram selecionados 05 (cinco) pontos focais locais que ficaram responsáveis pela condução de todo processo de planificação da cidade.

Assim, eles foram treinados e preparados para as tarefas de fase 2 que consiste em: (i) realizar uma autoavaliação institucional nas instituições públicas da cidade e (ii) realizar mapeamento participativo da comunidade.

FASE 2 . Coleta e Organização de Dados

11 de Abril a 06 de Junho de 2022



Mapeamento das vulnerabilidades a nível comunitário

O processo envolveu a administração de um questionário de autoavaliação a dez (10) departamentos governamentais presentes no Sector de Cacine para avaliar sua percepção sobre o status da resiliência da cidade. O questionário estava centrado nos cinco (5) pilares da resiliência urbana abordados na Fase 1.

Os pontos focais realizaram o processo de mapeamento participativo com os membros da comunidade em Bairros vulneráveis que foram selecionados durante a Fase 1 para colectar e mapear informações sobre os potenciais riscos que afectam seus Bairros. Durante o processo, os membros da comunidade identificaram as principais ameaças e riscos e os identificaram na imagem de satélite.

FASE 3 . Análise de Dados e Priorização

09 a 13 de Maio de 2022

Reuniões de Discussão de Grupos Focais foram realizadas durante 4 dias somando aproximadamente 50 participantes, com uma representação considerável dos membros da comunidade, de algumas instituições governamentais, da sociedade civil, do poder tradicional e do sector privado. Eles deliberaram sobre as questões que emergiram do exercício de autoavaliação municipal em cada pilar temático. Uma lista de ameaças e riscos identificados durante o mapeamento de riscos foi discutida em profundidade.

O último dia foi um workshop de priorização que envolveu técnicos municipais, tomadores de decisão e representantes da comunidade para examinar os resultados e decidir sobre as questões mais críticas a serem abordadas, a fim de construir a resiliência da cidade de Cacine.

Os pontos focais locais foram ainda encarregados de conduzir um estudo de linha de base sobre cada uma das questões prioritárias que emergiram do Seminário de Priorização. Isso foi para determinar a posição actual da cidade de Mansoa ao abordar essas questões.



Workshop de Priorização

FASE 4 . Elaboração e Validação do QuARC Cacine

06 a 10 de Junho de 2022

O Quadro de Acção para Resiliência da Cidade (QuARC) é um documento de política e resultado da implementação da ferramenta CityRAP. Esse documento foi elaborado pelos ponto focais e com apoio dos Consultores Nacionais. O QuARC oferece uma oportunidade para as autoridades locais construírem/reforçarem a resiliência de uma cidade na qual se encaixam políticas, planos, mecanismos financeiros e institucionais existentes e futuros e intervenções concretas.

Também descreve acções prioritárias a serem implementadas, com objectivos específicos. Para elaborar o QuARC, os pontos focais realizaram uma avaliação de linha de base, revisando minuciosamente os dados disponíveis para cada questão prioritária em relação a políticas, planos urbanos, configuração institucional, finanças e intervenções. Os resultados da avaliação foram analisados mais detalhadamente e bem como as Acções Prioritárias, que respondiam a objectivos específicos e mensuráveis, seguidos de lista de actividades concretas a serem executados para resolver os problemas prioritários.

Por fim, um Seminário de Validação Técnica para 40 pessoas foi realizado. Neste seminário de carácter político, tomaram parte autoridades administrativas locais, representantes do Governo Central, Organizações da Sociedade Civil, Poder Tradicional, Associações de Base e Mídia local. O evento foi amplamente divulgado nos órgãos de comunicação social nacional e local e teve uma excelente participação pública.



Seminário de formulação do QuARC

Quadro de Acção para Resiliência



VISÃO

"Até 2032, tornar cidade de Cacine economicamente desenvolvida e diversificada, bem governada, socialmente coesa rumo ao desenvolvimento resiliente e sustentável"

Para a consecução da visão acima estabelecido, foram priorizadas conjunto de actividades capazes de contribuir para sua realização. Assim, é apresentado no quadro abaixo as principais ações de Cacine:

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA CIDADE DE CACINE

| | |
|---------------------|--|
| PRIORIDADE 1 | MECANISMOS FINANCEIROS E ECONOMIA |
| PRIORIDADE 2 | PLANOS URBANOS |
| PRIORIDADE 3 | ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO |
| PRIORIDADE 4 | QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE |
| PRIORIDADE 5 | GOVERNAÇÃO INCLUSIVA |
| PRIORIDADE 6 | PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS DEGRADADOS E MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS |



Quadro de Acção para resiliência da cidade de Cacine 2023 -2033

MECANISMOS FINANCEIROS e ECONOMIA

| ATIVIDADE | RESULTADO | AGENTE RESPONSÁVEL | POSSÍ |
|--|--|--|---|
| Actividade 1.1 Diminuir cobranças fiscais sobre produtos de primeira necessidade comerciais | | Administração Local, BAF, Finanças, Comércio | UN-Habitat, UE, UEMOA, DGA |
| Actividade 1.2 Ordenar pagamento de taxas sobre rendimento e arrobação (peça artesanal) junto ao Comité de Estado, conforme estabelece o Código de Postura | | Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo | UN-Habitat, UE, UEMOA |
| Actividade 1.3 Assegurar a descarga de pescado, conforme estabelecido na Lei de pescas | | Delegacia Regional de Pesca Artesanal de FISCAP, Guarda Costeira de Cacine | Ministério das Pescas, FISCAP |
| Actividade 1.4 Implantar mercado da cidade | | Administração Local | Ministério da Administração Territorial, ONGs, Associação de Comerciantes |
| Actividade 1.5: Projeto de pesca integrado e microcrédito para associação de pescadores | Melhorada a economia local com produção diversas, vibrante onde as ferramentas financeiras são bem aplicadas | Ministério das Pescas | Ministério das Pescas, Ministério da Economia, Caritas, ONGs, Agência de Microcrédito |
| Actividade 1.6: Implementar um programa de sinalização de vias públicas | | DGVTT | Ministério dos Transportes |
| Actividade 1.7: Elaborar projeto integrado de diversificação agrícola | | Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural | landa Guiné, PADES, ONGs, TESE, Min. de Ambiente, UEMOA, Fundações, BAD, FAO |
| Actividade 1.8: Introdução de máquinas para aumentar a produção agrícola | | Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural | UE, UEMOA, BOAD, BAD, FAO, Sector Privado, PADES, AFD |
| Actividade 1.9: Reabilitação de bolanhas e campos hortícolas | | Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo | PADES, UE, UEMOA, FAO, AFD, Associações |

PLANOS URBANOS

| ATIVIDADE | RESULTADO | AGENTE RESPONSÁVEL | POSSÍVEIS FINANCIADORES |
|---|--|--|--|
| Actividade 2.1 Implantar estrutura de obras públicas na cidade | | Administração Local | Ministério das Obras Públicas, UN-Habitat, UEMOA, EU, PNUD |
| Actividade 2.2 Elaborar diagnóstico sobre ocupação de solo | A cidade dispõe de estrutura de gestão, plano urbano, planos urbanísticos elaborados considerando as questões climáticas | Administração Local | Ministério das Obras Públicas, UN-Habitat, UEMOA, EU, PNUD |
| Actividade 2.3 Elaborar Planos: Diretor, Estrutura, Detalhado (sensível as alterações climáticas) | | Administração Local, Poder Tradicional | Ministério das Obras Públicas, UN-Habitat, UEMOA, EU, PNUD |
| Actividade 2.4 Criar estrutura de seguimento | | Administração Local, Poder Tradicional | Ministério das Obras Públicas, UN-Habitat, UEMOA, EU, PNUD |

ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO

| ATIVIDADE | RESULTADO | AGENTE RESPONSÁVEL | POSSÍVEIS FINANCIADORES |
|--|--|---|---|
| Actividade 3.1: Implantar instituição encarregue de água e energia | | Administração Local | Ministério da Energia |
| Actividade 3.2: Capacitar técnicos para manutenção e assistência de água e energia | | Administração Local | Ministério da Energia, UEMOA |
| Actividade 3.3 Implantar central de energia renovável | Os serviços de água e energia são melhorados, fornecimento destes bens e serviços são suficientes | Administração Local | Ministério de Energia |
| Actividade 3.4 Implantar furo de água e sua distribuição | | Administração Local | Manitese, UE, AFD, ONGs |
| Actividade 3.5 Criar comité de gestão de água e energia | | Associações e comunidade local, administração local | Manitese, UE, Min. de Energia, Associação, ONGs |
| Actividade 3.6 Construir canais de drenagem | | ADEMA, Andorinha, Nindjon, Konhenguenta | UNICEF, Ianda Guiné, COASTAL |
| Actividade 3.7 Construir latrinas comunitárias (saneamento condominial) | Os serviços de saneamento básico são melhorados incluindo construção de canais de drenagens e melhores formas de gestão de lixos | Administração Local, ONGs Locais | LVIA, UNICEF, COASTAL, UNICEF, UN-Habitat |
| Actividade 3.8 Realizar estudo de viabilidade sobre o local de depósito de lixo | | Administração Local | IANDA GUINÉ Djuntu, MAB, MSP, COASTAL |
| Actividade 3.9 Programa de sensibilização sobre gestão de resíduos | | Administração Local | IANDA GUINÉ Djuntu, MAB, MSP, COASTAL |

QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

| ATIVIDADE | RESULTADO | AGENTE RESPONSÁVEL | POSSÍVEIS FINANCIADORES |
|--|--|---|--|
| Actividade 4.1 Equipar e ampliar infraestruturas escolares | | Direção da Educação | UNICEF, ONGs, Ianda Guiné, PAM |
| Actividade 4.2 Implementar programa de alfabetização sensível a género | | Direção da Educação | Ministério da Educação, PAM, UNICEF, ONU Mulher, FEC |
| Actividade 4.3 Elaborar metodologia de qualidade de ensino | | Direção Regional da Educação | Ministério da Educação, INDI, CRS, Caritas, FEC |
| Actividade 4.4 Adotar hospital e inspetores de educação de meios de transporte | | Direção Regional de Saúde, Direção Regional da Educação | OMS, Fundo Global, UNICEF, FEC, CRS |
| Actividade 4.5 Fornecer materiais e equipamentos de protecção individual aos profissionais do Centro de Saúde Tipo-B | | Ministério de Saúde, INASA | OMS, INASA, Fundo Global |
| Actividade 4.6 Implementar um programa de reforço de capacidades aos técnicos de saúde e educação | A prestação de serviços da Educação e Saúde é melhorada através de aumento de capacidades técnicas | Direção Regional de Saúde, Direção Regional da Educação | OMS, Fundo Global, UNICEF, FEC, CRS, INASA |
| Actividade 4.7 Construir a residência dos médicos | | Direção Regional de Saúde | PNUD, Ministério da Saúde, UNICEF |
| Actividade 4.8 Manutenção do hospital existente | | Direção Regional de Saúde | Ministério da Saúde, UNICEF, PNUD |
| Actividade 4.9 Aumentar pessoal técnico especializado (médicos, técnico de laboratório e parteiras) | | Direção Regional de Saúde | Ministério da Saúde |
| Actividade 4.10 Construir incinerador para lixos hospitalares | | Ministério de Saúde, INASA | OMS, INSA, Fundo Global |

GOVERNAÇÃO INCLUSIVA

| ATIVIDADE | RESULTADO | AGENTE RESPONSÁVEL | POSSÍVEIS FINANCIADORES |
|--|---|--|--|
| Actividade 5.1 Criar conselho consultivo de cidade, incluindo Organização de Mulheres, representante juvenil e poder tradicional | | Administração Local | UE Activa, Ianda Guiné, UNICEF, PNUD |
| Actividade 5.2 Institucionalizar festival cultural de Cacine | | Admin. Local, Poder tradicional e associações de bases | Ministério da Educação, Associação de artistas, UEMOA |
| Actividade 5.3 Promover campanha de sensibilização sobre cultura de paz na política | Criada estruturas que reforçam a governação que envolvem a participação de diferentes atores e reforça capacidades da Administração Local | Admin. Local, poder tradicional e associações de base | PBF, Voz di PAZ/Interpeace, INEP, WANEP, CEDEAO, LGDH |
| Actividade 5.4 Abertura de tribunal sectorial e serviços de identificação civil | | Administração local | PBF, Voz di PAZ/Interpeace, INEP, WANEP, CEDEAO, LGDH |
| Actividade 5.5 Projecto integrado de reforço de capacidade institucional da Administração Local | | Ministério da Administração Territorial | Ministério da Administração Territorial, COASTAL, EU Activa, PBF |

MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS












| ATIVIDADE | RESULTADO | AGENTE RESPONSÁVEL | POSSÍVEIS FINANCIADORES |
|---|---|---|--|
| Actividade 6.1 Criar viveiro florestal da cidade | | Administração Local, Poder tradicional e Associações de Base | Ministério do Ambiente, WETLANDS, COASTAL, ADIM, DGFF, GN, Proteção Civil |
| Actividade 6.2 Implementar programa de repovoamento florestal (espécies nativas) em encostas e matas degradadas | | Delegacia Regional de Florestas e Fauna, Guarda Costeira | Ministério do Ambiente, Ministério da Agricultura, COASTAL, WETLANDS, GEF |
| Actividade 6.3 Estudos de viabilidade e implantação de diques de proteção em zonas de exposição a erosão costeira e subida do mar | | PROJETO COASTAL, ONGs, Associações de Bases | Ministério do Ambiente, Ministério das Obras Públicas, |
| Actividade 6.4 Implementar um programa radiofónico de sensibilização sobre questões ambientais (Alterações Climáticas, Biodiversidade, lixo, queimadas, etc.) | | Ministério do Ambiente, PROJETO COASTAL, Rádio Comunitária Local e ONS | Palmeirinha, Órgãos de Comunicação, FAO, AFD, GEF |
| Actividade 6.5 Implantar um programa de assistência e de sensibilização sobre plantação e manejo de Caju | Os ecossistemas degradados são recuperados, protegidos e são criadas e implementadas medidas que mitigam impactos das alterações climáticas | COASTAL, Instituto Nacional de Meteorologia, INPA, Rádios Comunitárias, e Administração Local | MAB, MADR, PNUD |
| Actividade 6.6 Montar um sistema de alerta precoce | | COASTAL, Instituto Nacional de Meteorologia, Proteção Civil e Administração Local | Proteção Civil, Instituto Nacional de Meteorologia, GN |
| Actividade 6.7 Elaborar perfil de vulnerabilidade da cidade | | COASTAL, Instituto Nacional de Meteorologia, Proteção Civil e Administração Local | Ministério do Ambiente, Ministério da Administração Territorial, GEF, Banco Mundial |
| Actividade 6.8 Treinamento comunitário sobre técnicas de primeiro socorro e evacuação | | COASTAL, Cruz Vermelha Nacional, Proteção Civil e Administração Local | Ministério do Ambiente, Ministério da Administração Territorial, PNUD/GEF, Banco Mundial |
| Actividade 6.9 Elaborar plano de contingência | | COASTAL, Instituto Nacional de Meteorologia, Proteção Civil e Administração Local | Ministério do Ambiente, UN-HABITAT, GEF |

Abaixo encontra-se o Cronograma de Implementação, onde são reportados os prazos de implementação das actividades propostas, a serem implementadas em curto, médio e longo prazo. A divisão das actividades nessas três categorias foi conduzida pelos participantes do Seminário de Validação Técnica (técnicos da administração,

tomadores de decisão, líderes comunitários, entre outros parceiros relevantes). Na página à direita é possível visualizar o mapa da Cidade de Cacine, com algumas intervenções levantadas pelos actores locais.

| CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO | | | |
|-----------------------------|----------------------------------|-------------|-------|
| AÇÃO | CURTO | MÉDIO | LONGO |
| AÇÃO PRIORITÁRIA 1 | 1.1 1.2 1.3 1.4 1.5 1.7 1.8 1.9 | 1.6 | |
| AÇÃO PRIORITÁRIA 2 | 2.1 2.2 | 2.3 2.4 | |
| AÇÃO PRIORITÁRIA 3 | 3.1 3.3 3.4 3.6 3.7 3.9 | 3.2 3.5 3.8 | |
| AÇÃO PRIORITÁRIA 4 | 4.1 4.2 4.3 4.5 4.6 4.8 4.9 4.10 | 4.2 4.4 4.7 | |
| AÇÃO PRIORITÁRIA 5 | 5.1 5.2 5.3 5.4 5.5 | | |
| AÇÃO PRIORITÁRIA 6 | 6.1 6.2 6.4 6.5 6.7 6.8 6.9 | 6.6 | 6.3 |

LEGENDA

| | | | |
|---|---|---|---|
|  | Melhoria da infraestrutura hospitalar |  | Furo de água |
|  | Central de Energia Renovável |  | Repovoamento de espécies nativas |
|  | Viveiro florestal |  | Reabilitação de bolanhas e zonas hortícolas |
|  | Implementação do Mercado |  | Implementação de canais de drenagem |
|  | Melhoria das estradas e da sinalização das estradas |  | Bairro 1 |
| | |  | Bairro 2 |



Implementação, Monitoria e Avaliação



IMPLEMENTAÇÃO

O Quadro de Acção para Resiliência da Cidade de Cacine tem horizonte temporal de 10 anos (2023-2033). A tarefa de sua implementação é da responsabilidade primária da Administração Local, em coordenação com os parceiros de desenvolvimento incluindo as Organizações da Sociedade Civil etc. O Administrador é quem deve assumir a liderança política de sua implementação. A implementação deve obedecer aos princípios de Gestão Baseado em Resultado (GBR), por forma a otimizar os recursos, viabilizar a monitoria e avaliação e impulsionar a cultura de prestação de conta.

É importante reconhecer e apropriar-se dos Pontos Focais Locais. Isso pode-se dar através de criação de um Despacho de seu reconhecimento como uma estrutura de apoio e aconselhamento do governo local. Seria uma estratégia digna de aproveitar e capitalizar todo investimento realizado na capacitação dos mesmos e contornar o impacto da instabilidade governativa, e garantir a continuidade das actividades de implementação do QuARC de Cacine.

Reconhecendo a necessidade de mobilizar recursos para sua efectiva implementação, é esperada igualmente que o Administração da Cidade possa desempenhar o papel de articulador junto dos parceiros técnico e financeiros. Deve elaborar anualmente seu Plano de Trabalho Anual (PTA) e partilhar com as OSCs (Organizações da Sociedade Civil) que actuam na Cidade, bem como ao Gabinete Regional do Plano e Estatística para efeito de monitoria.

É importante estabelecer mecanismos de comunicação eficaz e adaptado à realidade local por forma a facilitar a disseminação e a apropriação dos conteúdos deste importante documento de desenvolvimento local, assim como do PTA.

MONITORIA

A Guiné-Bissau ainda não realizou eleições autárquicas, portanto, não existem instituições administrativas autónomas. Assim, é proposto um modelo de Monitoramento inclusivo e participativo, que integra o Gabinete Regional de Plano e Estatísticas (GRPE) e o Comité Local de CityRAP proposto a ser criado. O GRPE é instituição responsável pela coordenação geral das acções do desenvolvimento local (regional e setorial). No seu seio, existe um gabinete de planificação que reúne trimestralmente. Participam desse fórum de planificação: todos os Delegados Regionais dos ministérios sectoriais, um representante das Organizações da Sociedade Civil, um representante do poder tradicional e da entidade religiosa. Com o propósito de potencializar as estruturas existentes, fica o GRPE responsável pela produção de relatórios informativos sobre os avanços e retrocessos na implementação do QuARC. E, para facilitar as actividades de coordenação, serão semestralmente realizadas reuniões ordinárias entre as partes interessadas, bem como a apresentação do relatório de monitoria.

Um Plano de Trabalho Anual (PTA) deve ser apresentado na reunião de coordenação do GRPE. Este órgão deve fornecer fichas, modelo de planificação onde cada parceiro de implementação vai responsabilizar-se pela acção. Para facilitar a entrega e a mensuração dos progressos deste plano, aspectos como: linha de base ou ponto de partida, definição clara de metas e indicadores (preferencialmente os que são facilmente mensuráveis), métodos de colecta de dados, frequências e meios de verificação, entre outros devem ser considerados.

Mecanismos de comunicação e fichas de seguimento para recolha de diferentes tipos de dados e informações vão ser produzidas e partilhadas pelo GRPE, com o objetivo de harmonizar e agilizar a produção de informações e evitar duplicação de dados e/ou bancos de dados.

AVALIAÇÃO

A avaliação é uma actividade que pode ser interna ou externa. Isto significa dizer que os implicados na implementação, podem ser solicitados a um processo de avaliação para justificar algum fundo recebido. Também a entidade/organização financiadora pode recorrer a uma avaliação externa. Esses mecanismos visam simplesmente assegurar a transparência na gestão de fundos e desenvolver a cultura de prestação de contas e credibilizar os processos.

Segundo a metodologia da ferramenta CityRAP, a avaliação será independente. Ela deve ser realizada num período de 02 em 02 anos, para assim, avaliar os progressos e retrocessos na execução do Quadro, e conseqüentemente proceder a sua actualização. Fazendo uma adaptação à luz da realidade local, propõe-se que seja observado o período de 02 anos, e conduzido pelo Gabinete Regional de Plano e Estatística. Já o processo de sua actualização seja feita pelos Pontos Focais.

Os relatórios de Monitoria e Avaliação (M&A) devem ser circulados através de canais de comunicação mais acessíveis às diferentes partes interessadas. O objetivo, neste caso, é de partilhar as informações a todos níveis e ajudar a melhorar o processo de planificação e tomada de decisões.

CONCLUSÕES

Após o longo processo de elaboração do presente QuARC/Cacine e de interações com as diferentes partes interessadas no desenvolvimento da cidade de Cacine, chegou-se as seguintes conclusões:

1. O QuARC é realmente um documento que reflete os anseios da população da cidade de Cacine, manifestado através do consenso alcançado nas várias sessões de consulta e acompanhadas de um participativo processo de consulta e de recolha de dados acompanhado de instrumentos de pesquisa (autoavaliação institucional e mapeamento participativo nas comunidades).

2. O processo de elaboração do QuARC/Cacine despertou não só uma especial atenção das diferentes camadas sociais e instituições envolvidas no processo, mas também, seus interesses e expectativas em prol das transformações que podem advir de sua implementação;

3. Trata-se de uma verdadeira ferramenta de orientação, negociação e de construção de consensos sobre as prioridades de desenvolvimento da cidade. Sua implementação efectiva pode contribuir no reforço da coesão social e fortalecimento do tecido social.

4. Sua implementação efetiva não dependerá apenas do financiamento do governo Sectorial de Cacine, mas, da promoção da governança multinível (separação de poder, respeito e colaboração entre os governos central, regional e sectorial) e cooperação multiactor, sob a liderança do governo local, envolvendo ONGs, Sector Privado, Poder Tradicional e sociedade civil em geral;

5. A falta de implementação do QuARC pode traduzir-se num duro golpe para uma grande parcela da população local, envolvida no processo de sua elaboração e com elevadas expectativas sobre o desenvolvimento urbano de Cacine.

PRÓXIMOS PASSOS

* Despacho de nomeação/institucionalização dos Pontos Focais enquanto Órgão de Consulta/assessoria do Administrador da Cidade;

* Elaboração de um plano de disseminação do Quadro de Acção de Resiliência da Cidade de Cacine;

* Estratégia de disseminação, comunicação e sensibilização para uma maior conhecimento e apropriação dos conteúdos do Quadro;

* Elaborar um quadro orientador de Monitoria e Avaliação;

* Desenvolver um calendário periódico de acompanhamento e reforço de capacidades técnicas da administração local;

* Desenvolver uma estratégia endógena de mobilização de recursos para implementação.



Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat)

P. O. Box 30030, 00100 Nairobi GPO Kenya

Tel: 254-020-7623120 (Escritório Central)

www.unhabitat.org

Copyright

© Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos 2022



UN  **HABITAT**